

Portaria n.º 348/2005 (2.ª série). — O engenheiro José Ângelo Ferreira Correia prestou, ao longo de muitos anos de dedicação à causa pública, um inestimável apoio ao desenvolvimento e concepção das actuais políticas e conceitos de defesa nacional. As suas intervenções em diversos *fora* tiveram grande repercussão, nomeadamente durante a discussão do novo conceito estratégico de defesa nacional e de nova lei de programação militar, mas estenderam-se a domínios tão importantes como a política externa de segurança, o modelo das imposições da República ou a modernização das estruturas das Forças Armadas.

Ainda no decorrer desta legislatura, foi um constante apoio, acompanhando de perto as questões de defesa, para o Ministério da Defesa Nacional, formulando um avisado conselho em todas as áreas em que foi chamado a participar, sem perda da sua independência crítica.

Merece especial ênfase a forma meticulosa e muito ponderada como desenvolveu e defendeu as suas opiniões em assuntos de segurança e defesa, intrinsecamente ligados à sua área de especialidade, tanto na vertente externa como interna. Estas suas opiniões pautaram-se por elevados padrões de qualidade, profundidade e sentido de Estado.

Assim, manda o Governo, pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º, do artigo 26.º e do n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha da defesa nacional de 1.ª classe o engenheiro José Ângelo Ferreira Correia.

11 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Portaria n.º 349/2005 (2.ª série). — O embaixador Frank Carlucci é um destacado amigo de Portugal.

Durante os anos em que foi embaixador em Portugal, e posteriormente, dando continuidade a um ciclo de envolvimento institucional nas relações entre Portugal e os Estados Unidos da América, constituiu-se como um baluarte da defesa dos interesses de Portugal além-fronteiras, e em especial no seu País, perante várias administrações. É ainda importante realçar o seu empenhamento como defensor da paz e dinamizador das relações pacíficas entre estados.

Esta sua postura foi determinante nos apoios conseguidos para Portugal no âmbito das negociações muito importantes para a defesa nacional e o interesse estratégico de Portugal. Quero destacar a enorme compreensão, ajuda e a determinada acção que teve, no sentido de Portugal manter em território nacional um comando NATO de segundo nível e a manutenção em território dos EUA de um comando de primeiro nível.

Ao conseguir atingir estes objectivos, em particular a manutenção no seu território de um comando de segundo nível, Portugal obteve um importante sucesso na sua política de segurança e defesa e da sua política externa.

O embaixador Frank Carlucci, pela forma genuína e empenhada como tem demonstrado a sua amizade por Portugal, deu um importante contributo para o sucesso deste objectivo nacional.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º, do artigo 26.º e do n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe o embaixador Frank Carlucci.

11 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Portaria n.º 350/2005 (2.ª série). — O coronel reformado António Manuel Marques Júnior, deputado à Assembleia da República, é um dos parlamentares mais conhecidos e prestigiados da área de segurança e defesa. Durante o período desta legislatura foi um interlocutor de elevada responsabilidade, notável sentido de estado e profundo sentido de oportunidade na discussão dos assuntos de defesa nacional. Os consensos essenciais em matérias de defesa nacional são muito tributários do seu modo de agir e proceder.

O conhecimento profundo dos assuntos relacionados com as Forças Armadas, aliado a um sentido de dever e bem servir, contribuiu de forma decisiva para que fossem partilhados com o principal partido da oposição os grandes assuntos e os documentos estruturantes relativos à política de defesa nacional, guardando, em todos os momentos, impecável sentido de reserva de estado.

Durante este período foram revistos o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, o CEM, o SF e as MFA, tendo o coronel Marques Júnior, no decorrer dos debates e das negociações, demonstrado elevado sentido de estado, promovendo o diálogo e obtendo os consensos necessários com vista ao cumprimento dos objectivos propostos, tão

importantes para o bom funcionamento da instituição militar e sua modernização.

Ainda no decorrer da legislatura, foi constante a dedicação com que acompanhou de perto as questões de defesa, formulando, sempre que necessário, avisados conselhos, críticas ponderadas, mantendo sempre uma atitude digna e pautando as suas intervenções com elevada correcção, fossem ou não concordantes com o Governo.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º, do artigo 26.º e do n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe o coronel reformado António Manuel Marques Júnior.

11 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Portaria n.º 351/2005 (2.ª série). — O Dr. Manuel Filipe Correia de Jesus, deputado à Assembleia da República, é um dos parlamentares mais conhecidos e prestigiados da área de segurança e defesa, e desempenhou, na última legislatura, as funções de presidente da Comissão de Defesa Nacional. É ainda membro do Conselho Superior de Defesa Nacional e chefe da delegação portuguesa à Assembleia Parlamentar da NATO.

A sua carreira política e os cargos que tem desempenhado em prol da Defesa Nacional e de assuntos no âmbito das Forças Armadas e da ligação à NATO patenteiam bem o mérito e o reconhecimento que granjeia junto dos seus pares quer a nível nacional, quer internacionalmente.

O Dr. Manuel Correia de Jesus, para além de um invulgar currículo de elevado destaque na área política, com realce para inúmeros cargos de extrema responsabilidade, demonstrou ser possuidor de um profundo sentido de estado e conhecedor dos assuntos actuais de defesa nacional. A liderança da Comissão de Defesa, em período especialmente rico nas opções de defesa e segurança, foi assegurada com exemplar lealdade, pluralismo, responsabilidade de Estado e sensibilidade democrática.

Estas suas características pessoais e profissionais aliadas a um sentido de dever e bem-servir ficaram bem patentes na forma como aprendeu e defendeu os mais altos interesses das Forças Armadas nos vários *fora* em que se apresentou.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º, do artigo 26.º e do n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha da Defesa Nacional de 1.ª classe o Dr. Manuel Filipe Correia de Jesus.

11 de Março de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

Portaria n.º 352/2005 (2.ª série). — O Dr. Luís Miguel Gubert Morais Leitão assumiu a presidência do conselho de administração das OGMA em condições difíceis e iniciou de imediato uma tarefa de reestruturação estratégica, comercial e financeira.

A conciliação do elevado profissionalismo com uma personalidade trabalhadora e batalhadora caracterizam o Dr. Miguel Morais Leitão e garantiram sucesso de uma empresa que em Maio de 2002 se encontrava em excepcionais dificuldades.

As suas características pessoais e a determinação com que levou a caso a tarefa de reorientação estratégica das OGMA permitiram que, hoje, a OGMA esteja a viver o ciclo da sua internacionalização, abertura ao capital privado e renovação tecnológica profunda.

Os seus préstimos não só foram relevantes na fase de recuperação financeira das OGMA e na procura de uma solução para o seu respectivo saneamento financeiro, como, posteriormente, como Secretário de Estado, no cuidadoso acompanhamento que manteve em todas as empresas do grupo EMPORDEF. Em boa medida se lhe deve, também, a integração neste grupo do sector público da construção naval, que é estratégico e decisivo para a identidade e economia portuguesas.

Estas suas características de elevada competência profissional, profundo conhecimento das empresas de defesa e suas associadas, aliadas a uma invulgar capacidade pessoal de trabalho e determinação, granjearam a estima e o respeito de todos aqueles que com ele tiveram o privilégio de trabalhar.

É assim de elementar justiça realçar as características ímpares que o Dr. Miguel Morais Leitão colocou no exigente cumprimento das missões e funções que desempenhou nos XV e XVI Governos Cons-